

ATA DA 748ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO
FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE
DEZEMBRO DE 2025, EM BRASÍLIA-
DF.

PARTICIPANTES: Os Economistas: Tania Cristina Teixeira – presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda, Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Claudemir Galvani, Elis Braga Licks, Flávia Vinhaes Santos, Fabíola Andréa Leite de Paula, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Afonso Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Presentes, em formato virtual, as conselheiras federais efetivas Kerssia Preda Kamenach e Lucia dos Santos Garcia e o conselheiro federal suplente Maurílio Procópio Gomes. Presentes ainda: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, coordenadora; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Edna Barroso Machado, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e Rielisson Barbosa de Moura, assessores; e Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. (*áudio, manhã e tarde, 12.12.2025 – 00:09:52 – 04:16:11*).

1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura. Às dez horas e trinta e um minutos a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião. *1.1. Justificativas de ausência. Conselheiros Federais.* Lúcia dos Santos Garcia, impossibilitada por motivos profissionais, substituída pelo conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda; e Gustavo Casseb Pessoti, impossibilitado por motivos profissionais, substituído pelo conselheiro federal Paulo Dantas da Costa. Conselheiros Federais Suplentes convidados pelo rodízio: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera e Maurílio Procópio Gomes *1.2. Ata das Sessões anteriores:* Ata da sessão plenária anterior: 747ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de novembro de 2025 e do Tribunal Superior de Ética, realizado no dia 29 de novembro de 2025. As minutas das atas foram submetidas a apreciação e aprovadas por unanimidade. *2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* No dia 08 de dezembro de 2025 a presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira juntamente com o vice-presidente do Cofecon João Manoel Gonçalves Barbosa, participaram do “Balanço da Participação Social na Trilha de Finanças do BRICS sob a Presidência Brasileira”, em formato virtual. No dia 11 de dezembro de 2025 a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, acompanhada dos conselheiros Paulo Dantas da Costa, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Afonso Gomes e Maria do Socorro Erculano de Lima, além da superintendente Aline Tales Ferreira, participaram de reunião com as assessorias dos deputados André Figueiredo e Flávia Moraes para tratar do Projeto de Lei nº 2.468/2021, em Brasília -DF; *Participação em eventos/representação Vice-Presidência: João Manoel Gonçalves Barbosa.* No período de 1 a 5 de dezembro de 2025, o vice-presidente do Cofecon João Manoel Gonçalves, participou da Semana de Economia Brasileira, evento desenvolvido pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF) com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na cidade do Rio de Janeiro-RJ. No dia 11 de dezembro de 2025 o vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves, participou da Cerimônia em Comemoração ao Dia do

49 Fonoaudiólogo, evento desenvolvido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa),
50 às 18h, no Salão Social Pablo Picasso do Centro de Convenções ParlaMundi, localizado
51 no SGAS 915, Conjunto H, 2º andar, Brasília – DF. *Participação em eventos:*
52 *Conselheiros e Colaboradores*. No dia 02 de dezembro de 2025, o conselheiro federal
53 Paulo Dantas da Costa participou como ouvinte da Audiência Pública sobre “Juventude,
54 Educação e Cidadania: caminhos para a participação social”, junto à Superintendente do
55 Cofecon, Aline Tales Ferreira, e do Assessor Paulo Roberto Samuel Alves Junior,
56 colaboradores do Conselho Federal de Economia (Cofecon). O evento ocorreu na Câmara
57 dos Deputados, em Brasília-DF; No dia 04 de dezembro de 2025, o conselheiro federal
58 Pedro Afonso Gomes participou da 6ª Edição do Prêmio APIMEC - 2025, junto ao
59 Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), no Hotel Blue Tree Faria Lima,
60 em São Paulo-SP; No dia 10 de dezembro de 2025, a economista Maria Cristina de
61 Araújo representou a presidenta do Cofecon na Solenidade em Celebração dos 30 anos
62 de Consolidação do Fundo Nacional de Assistência Social, em Brasília-DF; No dia 11
63 de dezembro de 2025, os conselheiros federais Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso
64 Gomes e Paulo Roberto Polli Lobo participaram de uma reunião no gabinete do deputado
65 federal Luiz Carlos Hauly. Acompanhou o encontro a superintendente do Cofecon, Aline
66 Tales Ferreira, com o objetivo de solicitar apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº
67 3.178/2024 na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF; *2.3. Informes dos Conselheiros*
68 *Federais*. O conselheiro federal Paulo Dantas da Costa trouxe um breve informe sobre o
69 andamento do Projeto de Lei 3.178/2024. O conselheiro federal Claudemir Galvani
70 registrou a preocupação com a capacitação de estudantes de Economia no contexto do
71 orçamento público, destacou a necessidade de avançar na formação dos alunos, seja por
72 meio de disciplinas optativas ou, de forma mais estruturante, pela inclusão do conteúdo
73 na grade básica dos cursos. Nesse sentido, estão em debate alternativas no âmbito da
74 PUC e do Corecon-SP, incluindo a possibilidade de criação de um curso de capacitação
75 pelo Corecon, a ser rapidamente difundido. O tema também foi tratado com a ANGE,
76 que levará a discussão à sua plenária, reforçando o desafio de institucionalizar essas
77 iniciativas. Destacou, ainda, o curso de economia solidária e ambiental, que deverá ser
78 ofertado como curso de extensão na PUC de São Paulo, estando em fase final de
79 aprovação, com expectativa de apoio institucional do Corecon-SP e do Cofecon. A
80 conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou a realização das
81 eleições nos conselhos regionais de economia e trouxe informações sobre a Assembleia
82 de Delegados Eleitores. **3. Balanço das Atividades Desenvolvidas pelo Cofecon 2025.**
83 *3.1. Subsídios à elaboração do Relatório de Gestão 2025. Relato das Comissões Permanentes e*
84 *Temáticas do Cofecon: ações desenvolvidas no exercício*. Comissão de Política Econômica: o
85 coordenador Antonio Corrêa de Lacerda informou que, ao longo do ano, a Comissão
86 promoveu debates e elaborou notas de conjuntura, incluindo a apresentação de uma nova
87 nota, prevista para apreciação nesta sessão plenária, sobre o tema da taxa de juros.
88 Também será organizada, como de praxe, uma publicação reunindo todas as
89 manifestações do Cofecon ao longo do período, com o objetivo de registrar e consolidar
90 o posicionamento institucional. Destaca-se ainda que, neste ano, a Comissão de Política
91 Econômica utilizou diversos instrumentos de divulgação sobre questões nacionais, não
92 se limitando à publicação de notas, mas também recorrendo a outros espaços, como a
93 mídia e as redes sociais, em consonância com o plano de trabalho aprovado. Comissão
94 de Comunicação: a coordenadora, Flávia Vinhaes Santos, informou o lançamento da
95 Revista dos Economistas, contendo artigos selecionados, matérias sobre o Congresso
96 Brasileiro de Economia e o Projeto de Lei 3.178/2024, além de entrevistas com os
97 deputados André Figueiredo, Reginaldo Lopes e Carlos Hauly. A entrevista principal foi

98 feita com o economista Gadelha. Comissão Mulher Economista e Diversidade: a
99 coordenadora, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, informou que o quarto Seminário da
100 Mulher Economista será realizado em Manaus. Houve uma alteração na organização
101 inicialmente prevista e, após contato com a conselheira Denise Kassama Franco do
102 Amaral e a presidenta do Corecon-AM, Michele Lins Aracaty e Silva, houve
103 manifestação positiva para sediar o evento. Resta apenas a definição da data,
104 considerando a agenda de 2026 e o calendário acadêmico dos estudantes. A conselheira
105 Elis Braga Licks, coordenadora das Comissões de Responsabilidade Social e Economia
106 Solidária e de Sustentabilidade Econômica e Ambiental, mencionou que estas cumpriram
107 as metas do ano, com destaque para articulações institucionais, produção de estudos,
108 realização de seminários e webinários, publicação de revistas e lançamento de e-book.
109 Ressalta-se o fortalecimento e a nacionalização do Prêmio Paul Singer, bem como a
110 proposta de integrar economia solidária e sustentabilidade como eixo estratégico para o
111 próximo período. Comissão de Educação: o vice-coordenador Claudemir Galvani
112 registrou redução significativa na participação do Prêmio Brasil de Economia em relação
113 ao ano anterior, especialmente nas categorias de monografia e artigos, o que demanda
114 reavaliação do formato e das estratégias de estímulo à participação. Em contraste, a
115 Gincana apresentou desempenho positivo nas fases iniciais, com aumento do número de
116 participantes, embora o Desafio Quero Ser Economista, voltado a estudantes de ensino
117 médio, tenha registrado queda expressiva. Quanto à avaliação de programas de mestrado
118 e doutorado passíveis de registro profissional, observou-se manutenção de números
119 reduzidos, indicando a necessidade de intensificar a comunicação com os Corecons,
120 coordenadores de curso e egressos, a fim de ampliar o conhecimento sobre essa
121 possibilidade. Ressaltou, por fim, a importância de maior interlocução da Comissão e da
122 Presidência com os Conselhos Regionais e entidades acadêmicas para fortalecer a
123 divulgação e ampliar a participação nos prêmios e iniciativas educacionais. A Comissão
124 de Desenvolvimento Regional desenvolveu trabalho intenso ao longo do ano, com foco
125 nas pautas da integração nacional e do debate territorial. Foram realizados diversos
126 eventos presenciais e virtuais, com a participação de especialistas de referência, além da
127 produção de publicações e articulações institucionais, contando com apoio fundamental
128 da área de Comunicação. O planejamento anual foi integralmente executado, com
129 resultados considerados positivos. Destacam-se, ainda, articulações com o movimento
130 Economia de Francisco e Clara, que resultaram na criação de uma cátedra acadêmica,
131 bem como a participação em debates estratégicos, como o evento realizado na Sudene
132 em parceria com o Banco Mundial. Comissão de Normas e Legislação: o coordenador,
133 Pedro Afonso Gomes, informou que, das 18 resoluções aprovadas pelo plenário em 2025,
134 a Comissão participou diretamente de 14, contribuindo na redação, correção e ajustes,
135 incluindo atualizações de normas existentes, como no caso do Prêmio Paul Singer. Além
136 disso, houve interferência em três portarias, incluindo o Manual de Fiscalização. A
137 Comissão atua como suporte às demais comissões para assegurar soluções normativas
138 consistentes e atualizadas. Comissão de Fiscalização: a coordenadora, Maria do Socorro
139 Erculano de Lima, falou sobre o Projeto de Fiscalização Integrada, implantado em cinco
140 Regionais até março, com resultados iniciais como o aumento de registros em alguns
141 locais. Há o objetivo de expandi-lo nacionalmente, devido à grande demanda e ao
142 número elevado de Regionais que necessitam de fiscalização. Com base na experiência
143 inicial, a Comissão realizou um diagnóstico nacional para mapear a realidade dos
144 Regionais, identificando a diversidade de recursos humanos e as dificuldades
145 enfrentadas, já que muitos possuem poucos ou nenhum fiscal. A partir desse diagnóstico,
146 foi elaborado um Programa de Fiscalização e Registro, incluindo a atualização do

147 Manual de Fiscalização de 2019, que serve como referência para os Regionais. Também
148 foi realizado um treinamento híbrido de fiscais e servidores em Porto Alegre,
149 promovendo integração e troca de boas práticas entre os Regionais. Além dessas ações
150 estratégicas, a comissão manteve suas atividades tradicionais, avaliando processos de
151 recursos de economistas; neste ano, foram analisados 77 processos por quatro membros
152 efetivos. Comissão de Mercado de Trabalho: a conselheira Lucia dos Santos Garcia
153 apresentou seu relato de forma remota. Durante o ano, a Comissão realizou diversas
154 atividades, incluindo *podcasts* e a organização de canais de troca de informações entre
155 economistas que atuam no setor privado e em assessorias empresariais. A participação
156 da Comissão também se deu em eventos, como a mesa no Congresso Brasileiro de
157 Economia- CBE. A Comissão identificou a necessidade de uma reestruturação,
158 organizando suas três vertentes de trabalho relacionadas ao universo laboral: relações de
159 trabalho, ferramentas que os economistas devem dominar para atuar profissionalmente,
160 e estratégias para lidar com o mundo do trabalho em transformação. Congresso Brasileiro
161 de Economia: o conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda apresentou o relato destacando
162 o sucesso do evento e a participação do Cofecon, Corecons e patrocinadores,
163 especialmente o BNDES. Aproximadamente 85% do orçamento do evento foi sustentado
164 pelos Conselhos Regionais e patrocínios públicos, permitindo a realização do Congresso
165 mesmo sem recursos privados. O evento contou com ampla participação de conselheiros,
166 economistas, universidades e estudantes de todo o país, abordando temas relevantes. Foi
167 ressaltada a importância do trabalho coletivo e da articulação entre diferentes setores,
168 incluindo a produção da Carta de Porto Alegre, distribuída nacionalmente. A iniciativa
169 evidenciou o valor do reconhecimento institucional e da colaboração entre agentes
170 públicos e privados para o sucesso do evento. Comissão de Ações para Redução da
171 Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil: a coordenadora, Teresinha de
172 Jesus Ferreira da Silva, informou que o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade
173 Social encerrou suas atividades em 2025 e será retomado em 2026 com reformulações e
174 planejamento estratégico. Em 2025, promoveu ações como seminário sobre dívida
175 pública, produção de artigos e estudos para redes sociais. A reestruturação visa fortalecer
176 a participação do Cofecon, atrair entidades parceiras afastadas e planejar ações futuras.
177 Todas as propostas apresentadas serão incorporadas ao balanço de atividades e servirão
178 como subsídios para a gestão do próximo ano. **4. Informes sobre o encerramento da**
179 **Intervenção no Corecon-AC.** Por motivo de conflito de horário de aula, o interventor
180 não pôde apresentar seu relato. Assim, o vice-presidente João Manoel Gonçalves
181 apresentou os informes nos seguintes termos: “A análise contábil demonstrou a
182 existência de um dano substancial ao erário público do Corecon-AC, causado por
183 irregularidades na gestão de 2013 a 2024. A apuração dos débitos quitados com o aporte
184 do Cofecon evidencia a necessidade de responsabilização dos gestores, uma vez que a
185 maior parte dos valores pagos se referem a multas e juros, e não ao principal das
186 obrigações. As contribuições financeiras do Cofecon foram essenciais para a
187 regularização fiscal do Corecon-AC. Contudo, os valores relativos a multas, juros e
188 anuidades prescritas, que recaem sobre gestores específicos, evidenciam um dano que
189 deve ser ressarcido. Recomenda-se a notificação dos gestores responsáveis para o
190 ressarcimento ao erário, conforme previsto em lei, sem prejuízo de outras medidas
191 administrativas cabíveis. O relatório também demonstra a inviabilidade econômica e
192 financeira do Corecon-AC, cuja situação é caracterizada por insolvência. A dívida que
193 precisou ser resgatada pelo Cofecon é significativamente superior à arrecadação anual
194 média do regional. Tal quadro é corroborado pelo fato de que, há pouco tempo, já havia
195 sido decretada uma intervenção no Corecon-AC, ocasião em que foi realizado o

196 parcelamento do débito fiscal. No entanto, o Conselho Regional não conseguiu manter o
197 cumprimento das obrigações pactuadas naquela oportunidade. Diante desse cenário, o
198 interventor propõe à Plenária do Conselho Federal de Economia que o Corecon-AC seja
199 incorporado pelo Corecon-RO. Essa medida contribuirá para o equilíbrio do Sistema
200 Cofecon/Corecons, uma vez que a redução de despesas poderá fortalecer um novo
201 Corecon-RO/AC, dotado de melhor estrutura operacional e maior capacidade de
202 atendimento aos economistas. Ressalta-se, ainda, a possibilidade de manutenção de uma
203 Delegacia Regional no Acre, garantindo a continuidade da representação local. Por fim,
204 propõe-se que a intervenção seja encerrada em 31 de dezembro de 2025, considerando
205 que ainda estão em andamento ações relevantes, como a cobrança judicial da dívida
206 ativa, tratativas relacionadas à possível incorporação da base do BRC, a resolução de
207 pendências de recursos humanos, entre outras”. **5. Informes sobre o Acórdão nº**
208 **2545/2025-TCU-Plenário – Percentual de Cargos em Comissão.** Exposição: Vice-
209 Presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa, coordenador da Comissão de
210 Governança. O TCU emitiu um acórdão que determina aos conselhos federais e regionais de
211 fiscalização profissional que, no prazo de noventa dias, adotem as medidas necessárias para
212 assegurar que, no mínimo, 16 cargos em comissão sejam ocupados por empregados do quadro
213 efetivo, conforme o artigo 13, inciso VII, da Constituição Federal, e o artigo 13, inciso III, da Lei
214 nº 14.421/2021. Após 19 dias do levantamento da situação, os Conselhos devem comunicar, 30
215 dias depois, ao Tribunal de Contas as providências adotadas. Imediatamente, o Cofecon solicitou
216 a todos os Conselhos informações detalhadas sobre seus funcionários, incluindo o número de
217 concursados, comissionados e suas respectivas alocações. A primeira remessa apresentou
218 inconsistências e o Cofecon determinou que cada Regional enviasse oficialmente a composição
219 de cargos efetivos e cargos em comissão ocupados. Com isso, o levantamento completo foi
220 consolidado. O Cofecon ressaltou que, caso houvesse falsidade nos dados enviados, a
221 responsabilidade recairia sobre os Regionais, podendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas da
222 União. Apesar disso, considerando o sistema como um todo, o Conselho Federal se encontra em
223 desconformidade com aproximadamente 60% das normas do TCU. É necessário elaborar uma
224 resposta detalhada até fevereiro, avaliando cada situação individualmente, para evitar medidas
225 drásticas que comprometam a estrutura dos Conselhos. O Cofecon destacou que soluções
226 imediatas, como terceirizações ou contratações emergenciais, podem prejudicar a memória
227 institucional e o conhecimento interno. Uma alternativa viável seria ajustar gradualmente o plano
228 de cargos e salários dos Conselhos, alinhando-os às normas do TCU. A situação afeta
229 praticamente todos os Conselhos, sendo especialmente delicada em Conselhos menores ou com
230 poucos funcionários concursados. A solução exigirá planejamento cuidadoso e análise criteriosa.

231 **6. Processos Administrativos e Contábeis. 6.1. Processos Contábeis.** A conselheira
232 Federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou, para homologação, as seguintes
233 propostas orçamentárias para o exercício de 2026: Processo 141103.001039/2025-84
234 (Corecon- PE), ressalva: entrega fora do prazo (28/11/2025) e Processo
235 141121.000033/2025-71 (Corecon- PB), ressalva: entrega fora do prazo (27/11/2025).
236 Em votação, aprovadas por unanimidade. Na sequência, apresentou para homologação os
237 Balancetes do 3º trimestre de 2025 dos Conselhos Regionais de Economia, sem ressalvas:
238 Processo 141103.001037/2025-95 (Corecon-PE); Processo 141115.000106/2025-12 (Corecon-
239 MA); Processo 141119.000153/2025-18 (Corecon-RN); Processo 141120.000001/2025-86
240 (Corecon-MS); Processo 141121.000030/2025-38 (Corecon-PB) e Processo
241 141125.000381/2025-17 (Corecon-TO). Em votação, aprovados por unanimidade. Relatou
242 as seguintes diligências, apenas para informe do Plenário: Processo nº
243 141116.000192/2025-45 (Corecon-SE): Balancete 3º Trimestre 2025, faltaram: ofício de
244 encaminhamento e total de registros adimplentes e inadimplentes (PF e PJ). Processo nº

245 14116000193/2025-90 (Corecon-SE): Proposta Orçamentária 2026 -Documentos
246 ausentes: Demonstrativo da Evolução da Despesa; Demonstrativo da Evolução da
247 Receita; Quadro Geral da Receita; Demonstrativo da Receita e Despesa; Resumo Geral
248 da Proposta Orçamentária de 2026; Plano de Trabalho; Programa de Trabalho da Gestão
249 e Justificativa; Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e FGTS; Parecer da
250 Comissão de Tomada de Contas; Deliberação e/ou Resolução de homologação do
251 Plenário; Extrato da ata que comprove a aprovação da Proposta Orçamentária. O
252 presidente da Comissão de Tomada de Contas apresentou, para homologação, a proposta
253 orçamentária para o exercício de 2026 dos seguintes Corecons: Processo
254 141100.000323/2025-63 (Cofecon), Processo 141101.000019/2025-14 (Corecon-RJ),
255 Processo 141102.006147/2025-53 (Corecon-SP), Processo 141111.000172/2025-14
256 (Corecon-DF), Processo 141104.000412/2025-70 (Corecon-RS), Processo
257 141106.000665/2025-23 (Corecon-PR), Processo 141107.000018/2025-10 (Corecon-
258 SC), Processo 141123.000025/2025-13 (Corecon-AC) e Processo 141110.000776/2025-
259 71 (Corecon-MG). Em votação, aprovados por unanimidade. A conselheira federal Maria
260 do Socorro Erculano de Lima apresentou os processos: Processo 141105.000412/2025-60
261 (Corecon-BA); Processo 141109.000141/2025-11 (Corecon-PA/AP), Processo
262 141113.000185/2025-73 (Corecon-AM/RR), Processo 141117.000210/2025-89 (Corecon-ES),
263 Processo 141114.000168/2025-26 (Corecon-MT), Processo 141100.000331/2025-18 (Corecon-
264 GO), Processo 141122.000094/2025-29 (Corecon-PI), Processo 141124.000109/2025-39
265 (Corecon-RO) e Processo 141110.000776/2025-71 (Corecon-MG). Em votação, aprovados por
266 unanimidade. Diligência apresentada pela conselheira, apenas para informe: Corecon-RO,
267 Após a conclusão do processo de intervenção, o Corecon-AC será incorporado ao
268 Corecon-RO. Assim, o Corecon-RO deverá incluir, em sua dotação orçamentária, os
269 custos e as receitas decorrentes do regional incorporado. A conselheira Teresinha de
270 Jesus Ferreira da Silva informou que o Corecon-AL não apresentou, até o momento,
271 proposta orçamentária de 2026 e o balancete do 3º trimestre de 2025. A conselheira
272 Maria do Socorro Erculano de Lima informou que o Corecon-MS não apresentou a
273 proposta orçamentária de 2026. **Antecipação de item de pauta. 7. Ordem do Dia. 7.1.**
274 *Prêmio Personalidade Econômica do Ano 2025: (Processo SEI nº 141100.000238/2025-*
275 *03); Relatoria: Comissão de Educação.* Realizada a votação eletrônica, os resultados
276 consolidados apresentaram os seguintes concorrentes e respectivas votações: 1 - Aloizio
277 Mercadante – 14 votos; 2 -Paulo Guedes - 3 votos; 3 -Bernard Appy – 0 voto; e
278 Branco/nulo – 1 voto. Vencedor: Aloízio Mercadante. **7.2. Prêmio Destaque Econômico**
279 *do Ano 2025: (Processo SEI nº 141100.000237/2025-51); Relatoria: Comissão de*
280 *Educação. Relatoria: Comissão de Educação.* Realizada a votação eletrônica, os
281 resultados consolidados apresentam os seguintes concorrentes e respectivas votações:
282 **Desempenho Técnico:** 1 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –
283 BNDES – 15 votos; 2 - Banco Central do Brasil – 1 voto; Instituto de Pesquisa
284 Econômica Aplicada – IPEA – 1 voto; e Branco/nulo – 1voto. Vencedor: BNDES. **Mídia:**
285 **1** – Instituto Conhecimento Liberta (ICL NOTÍCIAS) – 14 votos; 2 – CBN – 2 votos; 3
286 - Valor Econômico – 1 voto e Branco/nulo – 0 voto. Vencedor: Instituto Conhecimento
287 Liberta (ICL NOTÍCIAS). **Academia:** **1** - Pontifícia Universidade Católica de Minas
288 Gerais - PUC-MG – 13 votos; 2 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS –
289 4 votos; 3 -Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – 0 voto e Branco/nulo – 1
290 voto. Vencedora: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. **7.3.**
291 *Prêmio Mulher Economista 2025: (Processo SEI nº 141100.000239/2025-40);*
292 *Relatoria: Comissão Mulher Economista e Diversidade.* Realizada a votação eletrônica,
293 os resultados consolidados apresentam os seguintes concorrentes e respectivas votações:

294 *Luciana Servo – 14 votos; Rosa Maria Marques – 2 votos; Yeda Rorato Crusius – 1 voto;*
295 *Cristiane Schmidt – 0 voto e Branco – 1 voto. Vencedora: Luciana Servo.* 7.4. Prêmio
296 *Mulher Transformadora 2025: (Processo SEI nº 141100.000240/2025-74);* 7.4. Prêmio
297 *Mulher Transformadora 2025: (Processo SEI nº 141100.000240/2025-74); Relatora:*
298 *Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária. Realizada a votação*
299 *eletrônica, os resultados consolidados apresentam os seguintes concorrentes e*
300 *respectivas votações: Nelsa Nespolo – 12 Votos; Maria Abadia Teixeira – 3 Votos;*
301 *Dirlene Silva – 1 Voto; Branco – 02 Votos. Vencedora: Nelsa Nespolo.* **8. Economia em**
302 **Debate.** Tema: “O Brasil e os Desafios da Transição Socioambiental: Propostas Econômicas Pós-
303 COP30”. **Programação 13/12/2025.** (áudio, manhã, 13.12.2025 – 00:09:52 – 02:21:52).
304 *Pendências: Diligências Corecon-SE e Corecon-RO. O processo do Corecon-RO foi analisado após*
305 *o acolhimento da sugestão de que toda a documentação havia sido apresentada, ficando prevista a*
306 *possibilidade de reformulação orçamentária posterior, conforme o regramento vigente. O parecer*
307 *foi submetido a votação e aprovado, sem objeções dos conselheiros. Já o processo do Corecon-SE*
308 *(Processo nº 141116.000193/2025-90 - Proposta orçamentária 2026) permanece em diligências,*
309 *uma vez que a documentação complementar da proposta orçamentária não foi enviada, apesar dos*
310 *contatos realizados. A contadora informou que dependia de providências do presidente do Corecon,*
311 *o que não ocorreu. Em seguida, deu-se prosseguimento aos processos de fiscalização e registro*
312 *profissional, com a convocação da respectiva comissão.* **Retomada do item 6. Processos**
313 **Administrativos.** 6.2. *Processos de Fiscalização e Registro Profissional;* A conselheira
314 federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o Processo nº 141102.000079/2025-
315 19 (Corecon-SP), assunto: cancelamento de registro. Interessado: Naiche Van Der Poel. A
316 relatora apresentou seu voto pelo conhecimento do recurso interposto para, no mérito,
317 negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo Corecon/SP, uma vez que o
318 recorrente desempenha atividades privativas do economista, impondo-se a
319 obrigatoriedade de manutenção do registro profissional. Em votação, aprovado por
320 unanimidade. A conselheira federal Maria de Fátima Miranda apresentou o Processo nº
321 141102.000074/2024-13 (Corecon-SP), Interessado: Daniel Guilherme de Lima, assunto:
322 cancelamento de registro. A relatora apresentou seu voto pelo conhecimento do recurso interposto
323 para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão proferida pelo
324 Corecon/SP. Em votação, aprovado por unanimidade. A conselheira federal Mônica
325 Beraldo Fabrício da Silva apresentou seu voto referente ao processo nº
326 141110.000135/2025-16 (Corecon-MG), assunto: cancelamento de registro, Interessada: Marcela
327 Vieira Rodrigues da Cunha. O voto da relatora é pelo conhecimento do recurso interposto para,
328 no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão proferida
329 pelo Corecon/MG. Em votação aprovado por unanimidade. Por fim, o conselheiro Paulo
330 Hermance Paiva apresentou ao plenário o processo nº 141106.000585/2024-97(Corecon-PR),
331 interessado: Walney Silva dos Santos, assunto: cancelamento de registro. O conselheiro
332 federal Paulo Hermance Paiva apresentou seu relato, que foi amplamente discutido e não
333 houve concordância. Após divergência de entendimento, o processo foi retirado de pauta.
334 **7. Ordem do Dia.** 7.5. *Institucionalização do Seminário Mulher Economista e*
335 *Diversidade. (Processo SEI nº 141100.000340/2025-09). Relatoria: Comissão Mulher*
336 *Economista e Diversidade. A coordenadora da comissão, Teresinha de Jesus Ferreira da*
337 *Silva, apresentou seu relato, que visa adequar a Resolução nº 2.163/2024 à realidade*
338 *institucional e ao planejamento estratégico do Cofecon, conferindo tratamento específico*
339 *e consolidado ao Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade. O Seminário*
340 *é uma iniciativa estruturante da Comissão de Mulher e Diversidade do Cofecon, com*
341 *relevante papel na promoção de debates essenciais à categoria e à sociedade. A proposta*
342 *em análise apresenta os seguintes dispositivos: “VII. Seminário Nacional da Mulher*

343 *Economista e Diversidade: Fica incluída a expressão “Seminário Nacional da Mulher*
344 *Economista e Diversidade” no rol de eventos permanentes do Cofecon, para fins de*
345 *planejamento orçamentário e institucional”. Nestes termos, apresentou seu voto*
346 *favorável à aprovação da institucionalização do Seminário Mulher Economista e*
347 *Diversidade. Após longo debate, a proposta foi colocada em votação. Aprovada por*
348 *maioria, com abstenção do conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo. 9. Nota Oficial*
349 **sobre Conjuntura Econômica. 9.1. Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica;**
350 *Exposição: conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de*
351 *Política Econômica. O expositor apresentou a minuta da nota que foi aprovada nos*
352 *seguintes termos: “O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de*
353 *juros (Selic) em 15% ao ano, em sua reunião de 9/12/2025. Para justificar as elevadas taxas*
354 *de juros no Brasil, parte dos economistas e da mídia afirmam que a inflação, em torno de 4,5%*
355 *ao ano, está muito elevada, fora de controle. No entanto, o povo brasileiro sabe muito bem o*
356 *que é uma taxa de inflação elevada e suas consequências para seu poder de compra e para a*
357 *economia nacional, tendo já convivido com inflação de incríveis 2.477% em 1993. Entre 1951*
358 *e 1994, a inflação no Brasil foi quase sempre elevada, sendo que em 41 desses 44 anos, a taxa*
359 *anual de inflação ficou acima de 20% e nunca abaixo de 9% ao ano. Já a partir de 1995, e*
360 *notadamente a partir de 2005, a taxa de inflação brasileira vergou acentuadamente para baixo.*
361 *Nos 21 anos entre 2005 e 2025, exceto em 2015 (forte crise econômica) e 2021 (ano mais crítico*
362 *da pandemia da Covid 19), nunca excedeu a 6,5%. Não se sustentam, no entanto, os argumentos*
363 *de que a inflação no Brasil se dá por pressão da demanda e que deve ser combatida pelo*
364 *aumento da taxa de juros. A inflação brasileira tem causas estruturais, como as características*
365 *do mercado, significativamente oligopolizado, a extremada concentração de renda, a indexação*
366 *ou reajuste automático de preços e contratos e a influência da volatilidade cambial, como os*
367 *demais países de moedas não conversíveis. E são mais do que conhecidas as consequências de*
368 *uma Selic tão elevada: aumento dos gastos com juros da dívida pública para R\$ 1 trilhão/ano,*
369 *encarecimento do crédito (às empresas e às famílias), queda do consumo, da geração de*
370 *empregos e do PIB. O ritmo de crescimento do PIB perde velocidade: de 4,1% no 3º trimestre*
371 *de 2024, ante o mesmo período do ano anterior, 3,6% no 4º trimestre/2024; 3,1% no primeiro*
372 *tri 2025; 2,4% no 2º tri e 1,8% no 3º trimestre. Nos 14 anos entre 2005 e 2018, com a meta de*
373 *inflação fixada em 4,5% (e banda superior de 6,0% ou 6,5%), apenas na crise econômica de*
374 *2015 o teto da meta foi “superado”. Entretanto, a partir de 2021, com a meta sendo*
375 *gradativamente reduzida até chegar aos atuais 3,0%, com teto em 4,5%, e mesmo com inflação*
376 *baixa (entre 4,31% e 5,79%, em quatro dos cinco anos, já considerando a projeção de 4,4%*
377 *para 2025) o teto da meta foi ultrapassado. Se tivesse sido mantida a meta de 4,5% e a banda*
378 *superior de 6,0%, não teria havido estouro da meta em nenhum dos anos, exceto em 2021, o*
379 *que ocorreu em quase todos os países em razão da pandemia de Covid. Há algum tempo o*
380 *Cofecon vem apontando como injustificável a meta de inflação de 3% ao ano (com teto de*
381 *tolerância de 4,5%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo não*
382 *atingimento tem sido o argumento utilizado pelo Banco Central (BC) para a manutenção de*
383 *uma taxa de juro básica (Selic) em patamar excessivamente elevado (15%). Em 2024 o Índice*
384 *de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,83%, pífios 0,33 p.p. acima do teto da meta.*
385 *Em 2025, o IPCA acumulado de 12 meses, até novembro, está em 4,46%, já abaixo, portanto,*
386 *do teto da meta. Trata-se de uma taxa de inflação absolutamente condizente com as condições*
387 *econômicas e sociais do país e em linha com a verificada nos países com estrutura econômica*
388 *similar à nossa. Ao promover uma injustificável redução da meta de inflação para 3,0% a.a. –*
389 *tão irreal para o caso brasileiro pelos fatores já apontados, o CMN deu ao mercado financeiro*
390 *o pretexto para que o BC mantenha uma taxa de juros elevada. E é o que o BC tem feito desde*
391 *setembro de 2024, tendo elevado a Selic de 10,5% para os atuais 15,0%. Argumenta-se que a*
392 *inflação no Brasil estaria muito acima da registrada nos demais países, algo que não se*
393 *confirma na prática. Considerando os países emergentes do G-20 e do BRICS, que respondem*
394 *por cerca de 50% do PIB global, a taxa média de inflação em 2024 foi de 8,1%, 68% acima da*
395 *ocorrida no Brasil. Em diversos países, ela foi muito acima: Turquia (44,4%), Egito (33,3%),*

396 Nigéria (32,5%), Irã (31,7%) e Paquistão (23,4%), sem falar na Argentina (116,6%). Em outros
397 casos, foi um pouco acima ou idêntica à verificada no Brasil: Rússia (9,3%), Colômbia (6,7%),
398 Índia (6,0%), México (4,7%) e África do Sul (4,7%). A taxa de inflação no Brasil situa-se bem
399 abaixo da que historicamente registramos e absolutamente condizente com países com
400 economias similares às nossas. No entanto, nenhum desses países adota taxas de juros elevadas
401 para combater a inflação. Com a Selic em 15% ao ano, o Brasil tem, junto com a Turquia, a
402 maior taxa de juro real do planeta (10,0%), muito acima da África do Sul (5,3%), Rússia (4,8%),
403 México (4,5%), Colômbia (4,4%), Indonésia (3,7%) e Índia (3,4%). Ao perseguir uma meta de
404 inflação excessivamente apertada (3,0% ao ano), o BC adota uma taxa de juros muito elevada
405 uma vez que recebe o mandato de atingi-la. Lembrando que a meta é estabelecida pelo Conselho
406 Monetário Nacional (CMN), integrado pelo presidente do BC e os ministros da Fazenda e o
407 Planejamento e Orçamento. O IPCA deverá fechar 2025 em 4,4%, segundo projeções do
408 mercado financeiro (Boletim Focus). O Conselho Federal de Economia (Cofecon) sustenta que
409 não há qualquer risco de descontrole inflacionário no Brasil e defende a redução das taxas de
410 juros e o retorno do centro da meta de inflação para 4,5% ao ano. ”**10. Eleição. 10.1. Eleição**
411 **de presidente e vice-presidente do Cofecon para o exercício de 2026 (Processo SEI nº**
412 **141100.000339/2025-76).** Condução dos Trabalhos: Às 11 horas e 50 minutos do dia
413 treze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, a presidenta do Cofecon, econ. Tania
414 Cristina Teixeira, iniciou o item de pauta prestando esclarecimentos referentes à eleição
415 para os cargos de presidente e vice-presidente do Cofecon, exercício 2026, realizada em
416 formato híbrido, nos termos da resolução nº 2.184, de 30 de junho de 2025, que aprova
417 o calendário do processo eleitoral de 2025. Os trabalhos foram coordenados em
418 conformidade com o artigo 16 da resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010, que versa
419 sobre eleição de presidente e de vice-presidente do Conselho Federal de Economia, bem
420 como da resolução nº 1981, de 23 de outubro de 2017, que aprova o regramento relativo
421 ao procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia.
422 Feitos os esclarecimentos iniciais, a presidenta do Cofecon, econ. Tania Cristina
423 Teixeira, apresentou aos demais conselheiros os procedimentos da eleição e convidou a
424 presidenta da Comissão Eleitoral do Cofecon, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, para
425 conduzir os trabalhos e abrir espaço para inscrição de chapas e manifestação dos
426 candidatos inscritos. A presidenta do Cofecon, econ. Tania Cristina Teixeira, apresentou
427 sua candidatura à reeleição, assim como o vice-presidente, econ. João Manoel Gonçalves
428 Barbosa, que também apresentou candidatura à recondução ao cargo. A presidenta da
429 Comissão Eleitoral, econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, passou a palavra
430 a Ubiratan de Almeida Elias, da empresa Beevoter, responsável pelo Sistema Eleitoral
431 do Cofecon, que realizou a demonstração de como acontece a votação. Na sequência,
432 Antônio Henrique Guimarães Matos, analista de segurança e auditor independente da
433 empresa Security Labs, apresentou o laudo de análise de código do sistema eleitoral,
434 realizado no dia 12 de dezembro de 2025, e o laudo constando o lacre às 14h11 do dia
435 11 de dezembro de 2025. O analista informou, ainda, que os dados da votação serão
436 criptografados e que o resultado só será gerado após o final da votação. Na sequência, a
437 presidenta da Comissão Eleitoral, econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, autorizou
438 a empresa responsável a emitir a zerésima, para fins de comprovar que a urna estava
439 vazia. O documento oficial foi apresentado aos membros do Plenário. Logo após
440 averiguação da zerésima, às 11h58 a presidenta da Comissão Eleitoral, Econ. Teresinha
441 de Jesus Ferreira da Silva, autorizou o início da votação, a ser realizada pelos
442 conselheiros federais por meio de chamada nominal e em ordem alfabética. As
443 conselheiras federais Kerssia Preda Kamenach e Lucia Garcia dos Santos receberam
444 senha e link de votação por mensagem eletrônica. Presencialmente, os conselheiros
445 votam em computador compartilhado, instalado no Plenário. Encerrada a votação e

446 confirmada a participação dos 18 (dezoito) conselheiros efetivos em condições de voto,
447 foi autorizada pelo presidente da sessão a apuração dos votos, com a emissão do mapa
448 de apuração. Verificada a igualdade na quantidade de votantes com o total de votos
449 apurados, constatou-se o total de 15 (quinze) votos para a economista Tania Cristina
450 Teixeira para presidente, 01 (um) voto em branco e 2 (dois) votos nulos. O economista
451 João Manoel Gonçalves Barbosa, candidato a vice-presidente do Cofecon, recebeu 13
452 (trezes) votos favoráveis, 1 (um) voto em branco e 4 (quatro) votos nulos. Em razão do
453 resultado da apuração, a presidenta da Comissão Eleitoral, econ. Teresinha de Jesus
454 Ferreira da Silva, proclamou eleitos e empossados para início do exercício em 1º de
455 janeiro de 2026, com mandato de um ano, os economistas Tania Cristina Teixeira e João
456 Manoel Gonçalves Barbosa, para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho
457 Federal de Economia, respectivamente. Na sequência passou a palavra aos candidatos
458 eleitos para suas considerações e agradecimentos. Os conselheiros presentes também
459 fizeram uso da palavra para parabenizar os economistas eleitos. *10.2. Deliberação sobre*
460 *a data de realização da primeira sessão plenária do exercício de 2026 (Processo SEI nº*
461 *141100.000339/2025-76);* A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, sugeriu e
462 colocou em debate as datas de 6 e 7 de fevereiro de 2026 para a primeira sessão plenária
463 do ano. Em votação, as datas foram aprovadas por unanimidade. **11. Encerramento dos**
464 **Mandatos dos Conselheiros Federais Triênio 2023/2025.** A presidenta Tania Cristina Teixeira
465 realizou a entrega da placa de homenagem aos conselheiros federais que encerraram seus
466 mandatos em 2025. Receberam a placa na presente sessão plenária: Carlos Alberto Safatle; Carlos
467 Roberto de Castro; Flávia Vinhaes Santos; Maria de Fátima Miranda; Mônica Beraldo Fabrício
468 da Silva e Paulo Roberto Polli Lobo, conselheiros federais. Os conselheiros que não estavam
469 presentes receberão em sua residência as placas, sendo eles: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda;
470 Denise Kassama Franco do Amaral; Gilson de Lima Garófalo; Josélia Souza de Brito, Omar
471 Corrêa Mourão Filho e Vicente Ferrer Augusto Gonçalves, conselheiros suplentes. **12. Outros**
472 **Assuntos. 13. Encerramento.** A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, agradeceu a
473 presença de todos e, às 13h, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva,
474 lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela presidenta da
475 Sessão. Brasília, treze de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

476

477 **Econ. Tania Cristina Teixeira**
478 Presidenta do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*